

Neo-liberalismo e os limites entre a negociação e a capitulação: a greve das universidades federais

Sergio Lessa¹

Para entendermos o que se passou na recente greve das universidades federais, é necessário que nos detenhamos, ainda que sucintamente, em alguns traços do processo de transformação por que passa o mundo contemporâneo, já que ele altera, e por vezes profundamente, momentos decisivos da reprodução social, entre eles o movimento sindical e as condições em que desdobra a sua luta.

Esse processo de transformação ao qual estamos submetidos é o resultado quase imediato das medidas econômicas adotadas pelos principais países capitalistas nos anos imediatamente posteriores à II Guerra Mundial. Então, como resultado do desenvolvimento do capitalismo nesse século, o fordismo havia se consolidado como forma predominante da produção industrial. O que o caracteriza, fundamentalmente, é uma dinâmica de acumulação do capital que se propõe a aumentar infinitamente o consumo através da queda dos preços obtida com o aumento da escala da produção e a intensificação da divisão do trabalho nos moldes tayloristas.

A concepção por trás do fordismo, para sermos breves, era que a produção empurraria o consumo na proporção necessária à reprodução do sistema. Ou seja, ao baratear os produtos finais, o crescimento da produção faria com que todos consumissem mais, abrindo, assim, espaço para um novo ciclo de crescimento econômico. A falha fatal desse "modelo" está em que o consumo não é, de modo algum, infinitamente elástico. Em dadas circunstâncias, quando os mercados começam a saturar, mesmo em se entregando um produto de graça (o seu barateamento infinito) ele não é consumido. Em uma família normal não é possível se consumir mais do que quatro litros de leite por dia, ainda que à família se acrescente dois cachorros. Numa estrutura social como a norte-americana não é possível que cada família tenha em média mais do que 2,3 carros, pois não há estrutura urbana, nem moradias com garagens suficientes, que o comportem. Ou, ainda, não é possível que uma família japonesa compre um freezer e uma geladeira pois falta espaço na casa. E assim por diante.

Ao final da II Guerra Mundial, apesar de toda destruição provocada pelo conflito, os mercados dos países capitalistas mais avançados já estavam entrando, estruturalmente, em um momento de saturação "relativa". É nesse momento da crise estrutural do fordismo que surge o welfare State: uma série de medidas estatais para garantir a lucratividade geral do sistema face ao esgotamento relativo dos mercados.

A intervenção estatal se deu em quatro direções complementares: Por um lado, criou um mecanismo regulador dos salários que possibilitava aumentá-los, sem alterar as condições de concorrência inter-capitalista, através de uma legislação que fortaleceu os grandes sindicatos operários e, neles, suas lideranças mais corruptas e contra-revolucionárias (lembramos que era o período da guerra fria, com políticas claramente reacionárias, como foi o caso do MacCarthismo nos EUA e do Gaullismo na França). Esse aumento generalizado dos salários permitiu a inédita entrada no mercado consumidor de massas de trabalhadores que passaram a adquirir bens de consumo, inclusive duráveis, dando novo fôlego à acumulação do capital.

Em segundo lugar, através de uma política externa agressiva, principalmente os EUA conseguiram, nos primeiros anos após a II Guerra Mundial, descarregar sua produção industrial na reconstrução da Europa e do Japão e, a partir dos anos cinquenta, inserir em alguns países dependentes, Brasil inclusive, gigantescas plantas industriais em busca de mão-de-obra barata.

¹ Prof. Departamento de Filosofia na Universidade Federal de Alagoas. Nossa gratidão a todos que com críticas e sugestões nos auxiliaram na redação desse artigo. Um agradecimento especial a Manoel Malaguti e Cristina Paniago.

Em terceiro lugar, o Estado investiu pesado na criação de uma rede de comunicação que possibilitou o surgimento e desenvolvimento sem precedentes da propaganda enquanto momento decisivo da circulação das mercadorias.²

Em quarto lugar temos a intensificação das políticas públicas, principalmente nas áreas de seguro desemprego, moradia, educação e saúde.

O objetivo, em todas essas "políticas públicas", era aumentar a lucratividade do capital o que, naquelas circunstâncias, implicava no estímulo ao consumo. É para impulsionar, de forma consistente e por décadas, a indústria da construção civil e todas as suas repercussões no resto da economia, que o Estado passa a investir em moradia e programas de habitação ajudaram. Elevar o nível educacional da população não apenas a torna mais competente do ponto de vista das novas tecnologias, mas também intensifica sua capacidade de consumo. As políticas públicas voltadas à saúde garantem ao setor privado um financiamento seguro para a expansão de seus lucrativos negócios com as nossas doenças. E o seguro desemprego serve para amortecer o impacto, no conjunto da economia, de uma crise setorial que provoque desemprego.

O que conhecemos como Welfare State é, na verdade, o conjunto de políticas estatais que, visando intensificar a acumulação do capital, estimularam o consumo interno, financiaram o crescimento industrial das plantas fordistas (pense-se, por exemplo, no Complexo Industrial Militar), adotaram políticas externas agressivas que visavam, prioritariamente, garantir mão-de-obra, matérias-primas e energia baratas às economias centrais.

Dois mitos acerca do Welfare State precisam ser superados.

1) O Welfare State seria o apogeu da democracia. Nada mais falso. Não apenas foi um período de aberta repressão política e restrição dos direitos democráticos, como foi o caso do MacCarthismo nos EUA, de Gaulle na França, etc.; como ainda nos países periféricos tivemos a implantação, na maior parte das vezes *manu militari* com a ajuda da CIA, de uma malha de ditaduras as mais violentas. Foi nesse período, também, que assistimos ao renascimento da tortura enquanto uma prática estatal de repressão diretamente política.³

2) O segundo mito é que o Welfare State teria sido um período de distribuição de rendas. Duplamente falso. A difusão geográfica das multinacionais, aliado à manutenção de uma troca desfavorável aos países mais pobres entre matérias primas, energia e produtos industrializados, fez com que a renda do mundo se concentrasse ainda mais nos países centrais. E, além disso, mesmo no interior dos países que conheceram o Welfare State (uma minoria), houve uma inédita concentração de renda.⁴

O Welfare State nem democratizou a sociedade, ou a relação sociedade civil com o Estado, nem distribuiu renda. Pelo contrário, cumpriu com perfeição seu papel de vetor do processo de acumulação do capital.

² É curioso, por exemplo, como, sob o pretexto de criar uma rede de comunicação com todos os cidadãos em caso de um guerra nuclear, nos anos cinquenta o governo dos EUA financiou a aquisição de rádios "portáteis" (para os padrões de então) para todas as casas do país. Já então se sabia que as explosões nucleares, ao criarem enormes ondas de choque eletromagnéticas, deixariam os rádios inoperantes, se não destruídos – tornando-os inúteis no caso de um confronto nuclear. Contudo, foi com o rádio e, logo a seguir, com a televisão que os meios de comunicação puderam encontrar sua verdadeira razão de ser no capitalismo desenvolvido: num contexto de mercados semi ou completamente saturados, eles divulgaram os novos produtos que, quando bem sucedidos, geram novas necessidades e, dessa forma, artificialmente ampliam a capacidade de consumo; ou, então, estimulam o consumo perdulário, para muito além das necessidades, de antigas mercadorias.

³ Millet, K. *The politics of cruelty*. Norton and Cia. New York 1994.

⁴ Dois estudos, entre muitos, de perspectivas completamente diversas convergem sobre esses aspectos: MADRICK, j. *The End of Affluence*. Randon House, New York, 1995; Mészáros, I. *Beyond Capital*. Merlin Press, Londres, 1996.

1. O neo-liberalismo

É a crise do binômio fordismo/Welfare State que estamos vivendo hoje. Aos poucos, os aumentos constantes da carga tributária necessária para sustentar o Welfare State não mais permitiram aumentos da taxa de lucratividade (crescimento dos custos, diminuição dos subsídios governamentais ao capital etc.) : sem mudanças tecnológicas substanciais (produtividade), a manutenção do modelo apenas poderia gerar inflação sem aumento das taxas de lucro. Foi o que houve. Entramos no período da estagflação (estagnação com inflação). Surge a crise dos anos 70.

E, de todas as saídas já tentadas pelo capital, a que tem se mostrado mais duradoura, ainda que de forma alguma mais eficaz no sentido de superação da crise, é o chamado neo-liberalismo.

Ao contrário do fordismo, o neo-liberalismo propõe que a queda na lucratividade e a saturação dos mercados devem ser enfrentadas pela introdução de novas tecnologias e novas formas de gerência da produção no chão da fábrica que possibilitem uma radical diminuição dos custos. Com a intensificação do desemprego, e correspondente queda do poder de pressão dos trabalhadores na negociação das condições de venda da força-de-trabalho, cria-se uma situação favorável para a introdução de um ritmo de produção muito mais intenso, de jornadas de trabalho flexíveis e muito mais longas e da redução dos custos oriundos dos estoques gigantescos necessários ao fordismo.

E, por fim, fundamental para o caso em que tratamos, o neo-liberalismo implica na redução da porção da renda nacional alocada nas políticas públicas pela substituição do Welfare State pelo Estado mínimo. Isso possibilita diminuir a carga tributária sobre o capital (o que nossos neo-liberais chamam de diminuir o "custo Brasil").

A substituição do modelo anterior pelo neo-liberal não tem se dado sem conflitos e sem contradições, como seria previsível. Nem, muito menos, tem se dado de forma homogênea em todos os países. Mas o que nos importa em se tratando da greve das universidades federais, é que, em relação aos gastos do Estado com as "áreas sociais", a estratégia é clara e diz respeito ao núcleo essencial da forma atual da reprodução do capital: corte de gastos com o objetivo de deslocar riqueza para financiar o aumento da lucratividade do capital⁵. E, ao mesmo tempo, privatização de todas aquelas áreas em que o capital privado possa tirar algum lucro. É nesse contexto que se insere a proposta do governo FHC de privatização das universidades federais, assim como de vários dos serviços públicos e, ainda, dos setores de saúde e previdência social. O que for lucrativo deve passar às mãos do capital privado, esse é um dos pilares da estratégia neo-liberal de enfrentamento da crise econômica.

Ao contrário de momentos anteriores, em que havia de fato um espaço, no interior do sistema do capital, de negociação dos níveis de salários e investimentos nas áreas "sociais" – através de greves e disputas políticas eleitoreiras e/ou parlamentares – hoje não há qualquer espaço de negociação com os governos neo-liberais no que diz respeito às privatizações, corte nos gastos "sociais" e flexibilização da força-de-trabalho. Se as Câmaras Setoriais do ABCD foram uma demonstração de como apenas podemos negociar com o neo-liberalismo a partir da agenda neo-liberal, de tal modo que as decisões das Câmaras Setoriais, no final das contas, nada mais serviram senão para ordenar a demissão e a flexibilização da mão-de-obra daquela região; se a greve dos petroleiros demonstrou a estratégia de enfrentamento dos governos neo-liberais com as greves dos trabalhadores das empresas estatais, levando o conflito ao limite da quebra de toda resistência econômica dos grevistas; a greve das universidades federais traz à cena uma nova evidência acerca

⁵ É exemplar, nesse sentido, a atuação do governo FHC em relação ao capital financeiro. Se depender da disposição do governo, não há limites na transferência de riqueza para financiar a crise do sistema bancário. No mesmo sentido, ainda que na "arena internacional", joga um papel da maior importância os juros pagos por países como o Brasil para alimentar a "ciranda financeira" mundial. Vale salientar que uma parcela ponderável desses juros, aquele pago para a dívida interna, é estabelecida pelo *próprio* governo brasileiro quando ele aumenta ou diminui a taxa de juro!

da inexistência de qualquer espaço de negociação com o governo FHC, a não ser que pela aquiescência prévia à agenda neo-liberal.

E a razão estrutural, ontológica, dessa inexistência de espaço de negociação está no fato de ser essencial ao capital, hoje, a implantação das reformas que possibilitem uma elevação na taxa de extração da mais-valia. Entre estas reformas, e de forma central para nosso assunto, estão os cortes nos gastos com as "áreas sociais" e a privatização dos serviços públicos. Por isso, na greve das universidades federais, o governo deixou claro, muito cedo, que o que de fato lhe importava era impor um novo modelo de universidade que aponta para a sua privatização, e não os valores que seriam gastos com essa ou aquela proposta de "gratificação". A "gratificação" aprovada ficou mesmo aquém daquela que o governo se mostrava predisposto a conceder – desde que o novo modelo de avaliação dos docentes, a quebra da isonomia entre as universidades e o pagamento por tarefa fosse implantado.

2. A universidade e sua debilidades

É indiscutível, hoje, para o conjunto do país, professores inclusive, que o atual sistema universitário requer mudanças em profundidade. Não porque ele seja "ineficiente" (é o melhor da América Latina e um dos melhores entre países subdesenvolvidos), mas porque ele pode e deve ser muito mais produtivo.

Herdeiro de um sistema implantado em plena ditadura militar, as universidades federais se estruturaram com duas subordinações que hoje cobram seu preço. Por um lado, as estruturas de poder facilitaram a constituição de um "bloco histórico" (com o perdão de Gramsci) formado pelos alunos que não querem estudar, pelos professores que não ensinam ou pesquisam e pelos funcionários que não desejam trabalhar. Claro que a situação não é a mesma em todas as universidades, variando muito tanto entre as regiões do país como no interior das próprias regiões. Contudo, em todas elas se faz sentir a pressão desse bloco que termina por eleger reitores, chefes de Centro e de Departamentos cada vez menos comprometidos com a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão. Para qualquer um que tenha vivido nas universidades federais nos últimos anos, é visível a queda de qualidade do nível de ensino e pesquisa, desde a graduação até os níveis mais elevados da pós. E, um dos vetores dessa queda de qualidade, e de modo algum desprezível, é a pressão burocrática do sistema sobre aqueles professores que "criam problemas", isto é, forçam os alunos a lerem, a estudarem e a escreverem.

Em alguns lugares, essa queda geral do nível do ensino e da pesquisa foi acompanhado pela criação de bolsões de resistência que buscaram uma via institucional própria como forma de coexistência pacífica com o "pacto de mediocridade": são os assim denominados grupos de pesquisa e/ou centros de excelência. Estes, antes que antípodas ao sistema universitário tal como ele hoje existe, são eles também manifestações das distorções da presente estrutura universitária. Por uma lógica perversa do próprio sistema, tais grupos e centros de excelência se constituem, quase sempre, em "patotas" que exercem considerável fatia de poder nos organismos de financiamento, se sentindo, portanto, de uma forma ou de outra confortável com o atual estado de coisas. O poder dessas "patotas" é uma outra área que gera distorções no funcionamento das universidades.

Um outra conseqüência da lógica perversa do sistema é a criação de uma quantidade não ponderável de "doutores de papel". Ou seja, dada a avaliação meramente quantitativa dos programas de pós-graduação predominante nos últimos anos, o mais importante a estes é a proporção entre o número de pós-graduandos que adentraram ao programa e os que saíram nos prazos estabelecidos pelas agências financiadoras. A qualidade das dissertações/teses é desconsiderada, gerando uma produção de "doutores" desqualificados para as atividades de pesquisa e orientação na pós-graduação. Há programas, não poucos, nos quais o aumento na quantidade de doutores "desqualificados" permite que melhore sua avaliação pela CAPES, contudo a produção científica do

programa não melhora significativamente. Com doutores-orientadores de baixa qualidade, os mestrandos e doutorandos têm sua formação prejudicada, levando a uma realimentação do ciclo: o que importa é que o pós-graduando defenda no prazo, e não a qualidade da pesquisa realizada. E assim por diante.

A segunda subordinação, não menos importante, é às estruturas de poderes locais. Principalmente no norte e nordeste, as oligarquias locais exercem forte influência sobre as universidades, colocando muitos dos seus membros, sem nenhuma "vocação acadêmica", como professores, e ainda intervindo diretamente na eleição dos reitores.

Vale, ainda, assinalar que a eleição direta para reitores, chefes de centro e de departamento, no contexto da democratização do país pós-ditadura, apenas consolidou o poder desse "bloco histórico" no interior da universidade e, por outro lado, não alterou substancialmente a relação das universidades com o conjunto da sociedade.

Se aproveitando desse conjunto de debilidades do atual sistema universitário, o governo FHC tenta impor, como correção, a panacéia universal do neo-liberalismo: o mercado. Sua estratégia consiste em "retirar o Estado" do financiamento das universidades de tal modo que elas tenham que se dirigir ao mercado, fazendo com que apenas as mais capacitadas sobrevivam.

Frente a essas debilidades reconhecidas no sistema universitário, o movimento grevista propôs uma postura não menos clara: a recusa do mercado enquanto vetor capaz de reformar no sentido necessário a atual estrutura universitária federal. Entende o movimento grevista, a meu ver com toda razão, que entre o mercado e a produção de ciência há apenas convergência naqueles momentos parciais, muito particulares e esporádicos, em que há coincidência entre o interesse do capital em desenvolver tecnologias específicas para aumentar seus lucros e o movimento mais geral do desenvolvimento do saber. Na enorme maioria das vezes, e em áreas inteiras de conhecimento, o que   cotidiano é a contradição antin mica entre as necessidades do capital e as necessidades científicas. Subordinar a universidade federal ao mercado nada mais significa que adotar como critério metodológico do desenvolvimento científico as necessidades do mercado, um absurdo incomensurável.

Há que se considerar, têm, que, subordinar as universidades ao mercado é o equivalente ao que foi feito com outros serviç os públicos: a entrega, ao setor privado, de uma capacidade já instalada de pesquisas, montada e financiada por recursos públicos.

Entre a proposta privatista do MEC e a reforma universitária defendida pelos grevistas, como é evidente, não há pontos em comum. Não há um ponto intermediário entre privatizar e manter o caráter público das universidades e do sistema de pesquisa federal. Ou se subordina ao mercado, ou não. Não há como, digamos, "preferencialmente"⁶ subordinar a universidade ao mercado e secundariamente manter seu caráter público; nem vice-versa. Se isto ocorrer, em ambos os casos, será apenas para justificar o aporte de recursos públicos para financiar o lucro dos investimentos privados no setor.

3. A greve das universidades

A novidade da greve das universidades federais recentemente encerrada é que, pela primeira vez no governo FHC, ela serviu para catalisar um sentimento de descontentamento e insatisfação

⁶ Na "Carta de Campina Grande, recentemente aprovada pelo CONAD, le-se uma passagem estarrecedora: "O segundo fato é a greve em que se encontram as Universidades Públicas Federais e Estaduais, e onde se luta tanto pela reposição das perdas salariais que têm provocado a evasão de docentes qualificados e desestimulado a carreira docente, quanto contra uma concepção de universidade preferencialmente atrelada à lógica excludente do mercado." Somos contra uma universidade "preferencialmente" atrelada ao mercado, mas aceitamos uma outra "secundariamente" submetida a ele? É disso que se trata?"

generalizado para com a estratégia neo-liberal. Esse descontentamento e insatisfação se manifestou, num primeiro momento, pela generalização da greve entre os professores, alunos e funcionários para, em seguida, evoluir para um apoio, raro na sua extensão, da sociedade civil ao movimento grevista. Essa evolução – inesperada mesmo para os mais otimistas entre os grevistas – levou o Comando Nacional de Greve dos professores à uma postura que assumia por inteiro a antinomia entre a proposta do governo, cristalizada no PID e depois no GED⁷, e a dos professores, funcionários e alunos. Tratava-se de rejeitar toda proposta que viesse no sentido de privatização das universidades e da defesa de *um novo projeto* de universidade pública, gratuita e de qualidade.

Foi essa estratégia que foi derrotada pela eleição da nova diretoria da ANDES, ocorrida em pleno movimento grevista. A nova diretoria da ANDES encarna, tanto na figura do seu presidente, como na sua composição de forças, a tradição do movimento sindical brasileiro hoje predominante, e que surgiu da derrota das tendências socialistas que se fizeram presentes no sindicalismo após a ditadura. Para sermos muito breves, a negociação, e não o confronto com o capital, passou a ser a razão de viver dos novos sindicalistas. Ao invés da negociação ser apenas um momento do confronto, a greve (o máximo do confronto imaginável pela mentalidade estreita dos novos sindicalistas) passou a ser mero momento da negociação.

Essa estratégia, hoje majoritária na ANDES, corresponde, sob a forma de capitulação, é verdade, à enorme pressão sofrida pelo movimento sindical sob o impacto da reestruturação produtiva e daquilo que Ricardo Antunes, num texto hoje indispensável⁸, denominou de transformações objetivas e subjetivas do mundo do trabalho. Não resta a dúvida que essa estratégia possui uma base social efetiva, e daqui sua força política. Contudo, o fato de corresponder a um movimento social real não significa que tenha sido a resposta mais adequada do ponto de vista dos interesses históricos dos trabalhadores. Pelo contrário, tem servido de linha auxiliar na domesticação do trabalho para a implantação das políticas neo-liberais.

Foi isto que aconteceu nas semanas finais da greve: duas concepções distintas entraram em choque no interior da direção do movimento. De um lado, o Comando Nacional da Greve, instância que contava com a legitimidade e confiança do conjunto dos grevistas e, de outro, a nova diretoria da ANDES, que achava que a sua vitória eleitoral legitimava sua estratégia de negociação com o MEC.

As propostas eram, portando, absolutamente excludentes. Com o apoio da maioria das Associações de Docentes⁹, o Comando Nacional de Greve avaliou que seria preferível perder economicamente que ter a aprovação do projeto de lei do governo, parte integrante de sua estratégia de privatização do ensino superior. Coerentemente, propunha que o bloco parlamentar de oposição, cuja principal força é o PT, impedisse pela obstrução a aprovação do projeto do governo, mesmo que os professores ficassem sem a "gratificação" por mais alguns meses.

Em um pólo oposto, a nova diretoria da ANDES avaliava que seria necessário "negociar" com o MEC. Nessa "negociação" terminou aceitando os novos critérios de remuneração e de avaliação dos docentes em troca da participação de "dois" membros da ANDES na comissão nomeada pelo MEC¹⁰, para discutir a implantação dos novos critérios bem como de um aumento de 10% nas

⁷ O PID foi o primeiro projeto de lei enviado pelo MEC ao Congresso. Chamava-se Programa de Incentivo à Docência e foi o estopim da greve. O GED, Gratificação de Estímulo à Docência, foi o segundo e definitivo projeto enviado pelo governo ao Congresso e finalmente aprovado no início de julho. A diferença entre ambos os projetos foram longamente debatidos por ocasião da greve, e aos interessados remeto aos materiais que podem ser obtidos na home page da ANDES, www.andes.org.br.

⁸ Antunes, R. *Adeus ao Trabalho?* Ed. Cortez, São Paulo, 1995.

⁹ O movimento dos professores se organiza em Associação de Docentes (AD) em cada universidade. A ANDES é a representação nacional das ADs e, nos momentos de greve, é sempre criado um órgão que reúne a ANDES e representantes de base das ADs que é o Comando Nacional de Greve (CNG).

¹⁰ Que, segundo a Nota Oficial da Diretoria da ANDES, de 5 de julho de 1998, o ministro Paulo Renato "garante" que vai funcionar "democraticamente". Como é possível que se confie na concepção de

gratificações após as eleições. Aceitava, ainda, o aumento diferenciado para os aposentados e, pior, abandonava os funcionários das universidades, também em greve, à sua própria sorte. Os danos dessa atitude para uma nova greve unificada não demorarão a se fazer sentir.

Com essa posição da nova diretoria da ANDES, e das negociações que ela realizou junto ao presidente do senado, Antônio Carlos Magalhães, e ao MEC, os parlamentares da oposição, PT à frente, eles próprios não muito convencidos dos malefícios do GED para o país, se sentiram confortáveis a aprovar, junto com o governo, o novo "pacote" universitário. O argumento dos parlamentares foi fundamentalmente eleitoreiro: não queriam ficar com o ônus de terem obstruído uma lei que "gratificava" os professores num ano eleitoral.

4. Um balanço provisório

Uma greve como a das universidades federais que, além de sua importância específica, repercutiu de forma mais ampla na própria disputa política em curso, requer uma avaliação mais cuidadosa e profunda para que possamos compreendê-la. De forma preliminar, certamente provisória e ainda mais claramente provocativa, gostaria de adiantar alguns pontos para o debate:

1) Ela parece ser um indicativo, entre outros, como bem disse o Emir Sader, de que o projeto neo-liberal está se esgotando, e que passa hoje do momento do seu apogeu para um movimento de declínio. A queda de popularidade de FHC, a expansão no tempo e no espaço do movimento grevista, a simpatia da população, etc., parecem apontar para o esgotamento do projeto FHC.

2) Nessa conjuntura, pela primeira vez houve a possibilidade de se derrotar, no Congresso, um projeto de lei do governo que era contestado por um movimento grevista. As coisas estavam tão ruins para o governo que, nas circunstâncias, ele não conseguia quorum de sua base parlamentar nem para aprovar um projeto como o proposto pelo MEC. A única alternativa para o governo seria contar com a presença dos parlamentares de oposição para atingir o quorum na Câmara dos Deputados; e no Senado, que o Senador do PT, Suplicy, votasse junto com as lideranças governistas. A unidade da ANDES com o Comando Nacional de Greve, e uma pressão sobre os parlamentares seria suficiente para derrotar o governo. Foi nesse contexto que a nova diretoria da ANDES flanqueou o Comando de Greve e autorizou os parlamentares do PT, do PC do B, do PSB e do PDT – com a honrosa exceção do PSTU, como bem lembrou a atual diretoria da ANDES¹¹ -- a viabilizarem a aprovação pela base governista da "gratificação" que faz parte do projeto do MEC de privatização do ensino universitário.

3) As rodadas de assembléia das Associações dos Docentes nas universidades, logo antes da aprovação do projeto de lei do MEC, assim como logo após, manifestaram claramente, primeiro, sua frontal oposição ao governo, preferindo perder as vantagens econômicas se esse fosse o preço da rejeição do projeto do governo no Congresso. E, depois, após a aprovação, seu desconforto, incormformismo e mesmo revolta pela estratégia adotada pela diretoria da ANDES.

4) Não há como se evitar a conclusão de que tanto o PT, o PC do B, o PDT e o PSB, como também a atual diretoria da ANDES, em sua estratégia de tratar o confronto com o capital e com o Estado como um momento da negociação (e não o contrário), serviu como linha auxiliar do governo no episódio. Sem a atuação da ANDES, e sem que as lideranças do "bloco parlamentar de oposição" votassem junto com o governo, este teria sido derrotado e o movimento docente, ainda que sem vantagens econômicas, teria se fortalecido no episódio, tanto internamente como frente à sociedade, como defensor intransigente do ensino público e gratuito. Essa oportunidade foi perdida e os

"democracia" do Ministro Paulo Renato depois de tudo o que ele fez durante a greve? E agora, como fica a sua recusa (que o Ministro certamente considera "democrática") de nomear o reitor eleito na UFRJ?

¹¹ Na nota acima citada.

professores suspenderam a greve desunidos, revoltados com sua direção sindical, humilhados por verem sua luta ser traída com a desculpa de uma "gratificação" que é um autêntico cavalo de Tróia.

5) A recusa do PID-GED e a negociação ao redor de um substitutivo, e nunca a negociação *do* PID-GED, foi a tônica da greve desde o seu início. As resoluções das inúmeras assembléias das Associações de Docentes, mesmo quando sensatamente recomendavam ao Comando Nacional de Greve que apresentasse uma proposta alternativa para abrir negociações com o governo, e mesmo quando da maior pressão do governo sobre a opinião pública e sobre os grevistas¹², insistiam explicitamente que a manutenção do ensino público e gratuito era inegociável em qualquer circunstância.

6) O episódio demonstra com clareza quais os limites abertos à negociação com o governo FHC: é a agenda do próprio neo-liberalismo. Se aceitamos o fundamental da agenda (no caso em apreço, o critério de pagamento por tarefa, a quebra da isonomia entre as universidades e o aumento diferenciado aos aposentados, medidas que explicitamente fazem parte do projeto de privatização do ensino universitário), então o Ministro Paulo Renato permite a entrada de diretores da ANDES na comissão que "democraticamente" vai implantar o projeto de lei, concede 10% de aumento após as eleições e discute mudanças secundárias. E, uma vez garantida a primeira vitória, o MEC continua perseguindo seus objetivos contra a universidade pública: nos dias em que este artigo está sendo redigido, uma nova ofensiva foi inaugurada pelo MEC ao se recusar a dar posse ao reitor eleito da UFRJ. Se o governo tivesse sido derrotado no Congresso, possivelmente não teria agora condições de se voltar contra a eleição direta dos reitores. E, se a ANDES "negociar" mais uma vez com o MEC, consentindo, sob quaisquer que sejam as condições e promessas do Ministro Paulo Renato, a posse do candidato não eleito pela comunidade acadêmica; uma nova ofensiva e ainda mais violenta se abrirá, até que nada mais reste da atual estrutura universitária pública.

7) Por tudo isso, os episódios da greve das universidades federais são indicativos muito fortes da necessidade e da oportunidade de constituirmos uma clara oposição política e sindical ao neo-liberalismo. Dadas as circunstâncias históricas que aqui rapidamente mencionamos, a estratégia hoje predominante na oposição a FHC que articula uma recusa moderada e genérica ao neo-liberalismo com uma prática de "negociação" de suas políticas setoriais (tal como faz a nova diretoria da ANDES, tal como tem feito a ala majoritária da CUT, etc.) tem resultado, apenas e tão somente, na conversão dessa oposição em linha auxiliar do governo na implantação das reformas setoriais que são fundamentais ao neo-liberalismo. No curso normal da vida, em pouco tempo não passará tal oposição de mero apêndice à esquerda do neo-liberalismo (se é que o neo-liberalismo tem uma esquerda).

Maceió, julho de 1998

Sergio Lessa

Prof. Departamento de Filosofia da UFAL

e-mail: sl@fapeal.br

endereço: Chácara da Lagoa, Q. E, Lt. 17
57070-000 Maceió/AL

¹² Por exemplo, quando cortou os salários dos grevistas, medida que nunca nem a ditadura adotou, ou quando começou sistematicamente a plantar reportagens contra a greve nos principais meios de comunicação.